

O EVANGELISMO ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO “O ELO DA FÉ”

EVANGELISM THROUGH THE PAGES OF "O ELO DA FÉ"

Ciências Humanas • 09/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783174942](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783174942)

Yuke Yhen Duarte¹

Ordália Cristina Gonçalves Araújo²

RESUMO

O presente artigo analisa o jornal “O Elo da Fé” como ferramenta de evangelização e apologia às ideias protestantes. As ideias do jornal apresentam-se em linguagem simples e distante de uma teologia profunda, evidenciando proximidade com a linguagem popular. O objetivo deste artigo é compreender as ideias religiosas desse grupo protestante, bem como responder às seguintes questões: quais estratégias de conversão foram utilizadas e se o periódico funcionou como instrumento apologético contra o catolicismo. Para tanto, analisamos o jornal a partir de seu discurso, à luz da teologia contida nos textos. Ao examinar o conteúdo do jornal, constatou-se que o protestantismo utilizou as próprias doutrinas do catolicismo como ferramenta de evangelização; ou seja, combateu as ideias religiosas católicas a partir dos mesmos fundamentos que elas apresentavam. A luta do protestantismo contra o catolicismo tem suas raízes no Congresso de Edimburgo, refletindo uma mentalidade que vê no outro a figura do inimigo.

Palavras-chave: Protestantismo; O Elo da Fé; Catolicismo.

ABSTRACT

This article analyzes the newspaper O Elo da Fé as a tool for evangelization and the defense of Protestant ideas. The content of the newspaper is presented in simple language and is distant from deep theological elaborations, demonstrating its proximity to popular language. The aim of this study is to understand the religious ideas of this Protestant group and to answer the following questions: what conversion strategies were used, and did the newspaper function as an apologetic instrument against Catholicism? To this end, the newspaper was analyzed based on its discourse, in light of the theology contained in the texts. The analysis shows that Protestantism used the very doctrines of Catholicism as a

tool for evangelization; that is, it challenged Catholic religious ideas based on the same principles they presented. The Protestant struggle against Catholicism has its roots in the Edinburgh Congress, reflecting a mentality that sees the other as an enemy.

Keywords: Protestantism; *O Elo da Fé*; Catholicism.

1. INTRODUÇÃO

A Igreja Cristã Evangélica do Brasil (ICEB) surgiu por intermédio dos missionários protestantes que chegaram ao Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX. Esses missionários são denominados protestantes de missão, justamente em razão do propósito de evangelização do país. Em um país predominantemente católico, a evangelização dos brasileiros constituiu um dos principais objetivos dessas missões, que classificavam os católicos como pagãos.

De acordo com Mendonça e Velasques Filho (1990), a imprensa protestante surgiu ainda no século XIX com a finalidade de produzir folhetos e distribuir jornais denominacionais. Nesse contexto, o periódico *O Elo da Fé* foi um circular produzido pela Igreja Cristã Evangélica do Brasil entre os anos de 1923 e 1925, com o objetivo de evangelização e de defesa das ideias protestantes.

Os planos para a evangelização do Brasil iniciaram-se por intermédio de uma agência missionária interdenominacional denominada União Evangélica Sul-Americana (UESA). Essa agência surgiu em oposição às ideias defendidas no Congresso de Edimburgo, realizado na Escócia, em 1910, cujos participantes consideravam os católicos como irmãos em Cristo, e não como idólatras. Para a ala

mais conservadora do protestantismo, tratava-se de um congresso "ecumênico demais" (CAVALCANTE, 2014, p. 33).

O objetivo deste artigo é identificar qual era a proposta do jornal. Quais estratégias de conversão foram utilizadas? *O Elo da Fé* funcionou como um instrumento apologético contra o catolicismo? De forma mais específica, busca-se analisar as ideias religiosas presentes nesse periódico, que desempenhou importante papel na Igreja Cristã Evangélica do Brasil.

Para alcançar esse objetivo, o artigo dialoga com historiadores do catolicismo moderno, como Robson Gomes Filho (2024), e do catolicismo medieval, como Jacques Le Goff (2017), além de estudiosos do protestantismo, como Mendonça e Velasques Filho (1990), e de teólogos protestantes, como Norman Geisler e William E. Nix (2006).

O artigo está organizado em três seções. A primeira corresponde a esta introdução, na qual se realiza uma breve contextualização do protestantismo no Brasil e se apresenta o objeto da pesquisa. A segunda analisa o periódico a partir de suas ideias religiosas e de suas estratégias apologéticas. Por fim, a terceira apresenta as considerações finais e os agradecimentos.

2. O JORNAL “O ELO DA FÉ”: IMPRENSA PROTESTANTE E A IGREJA CRISTÃ EVANGÉLICA NO BRASIL

O jornal “O Elo da Fé” está organizado em dois volumes, e foi produzido em São Paulo. O primeiro volume tem início em 15 de abril de 1923 e se encerra em março de 1924. O segundo volume começa em abril de 1924 e termina com sua última edição em março de 1925. As edições do jornal têm entre 18 a 20 páginas.

Segundo os redatores, o propósito do jornal era cumprir o “ide de Cristo”, conforme expresso no Evangelho de Marcos 16:15. Além disso, há notas que afirmam categoricamente seus objetivos em relação ao catolicismo: “todas conservam [Igrejas Evangélicas] a moral do christianismo [sic] e trabalham contra os erros e inovações do Romanismo” (O Elo da Fé, 15 de abril de 1923, 1ª edição, p. 1).

A redação era produzida pelo pastor, o reverendo Acácio Gedeão Coutinho. De acordo com Faustino (2013), o Rev. Coutinho era de ascendência portuguesa, filho de José Araújo Coutinho Júnior e Antônia Barbosa Coutinho. Nasceu em 1888, no dia 3 de junho, e foi batizado em uma igreja católica do Brás, em São Paulo. Foi pastor na Igreja Cristã Paulista e, em 1922, foi transferido para São José dos Campos, onde permaneceu até 1927. O Rev. Coutinho era advogado e escritor — publicou os livros "Espiritismo e Materialismo" e "Conclusões Teológicas"; além disso, foi responsável por organizar juridicamente igrejas da denominação e fundar a Escola Paroquial Evangélica de Cristinópolis – GO.

A direção do jornal era do Rev. Benedito Hirt, um representante da missão UESA, a mantenedora de missionários da Igreja Cristã Evangélica, como Archibald Tipple, Archibald Macintyre, Morris Bernard, e de presbiterianos e metodistas, como Paschoal Pitta e Dr. Paulo Rabelo.

Em sua primeira matéria, “O Elo da Fé” apresenta uma crítica ao catolicismo: “Pesa-nos reconhecer que nada temos feito, para levar as novas da vida eterna áquelles [sic] que se acham perdidos fanaticamente na idolatria e na superstição.” Posteriormente, nas linhas a seguir, ao comentar sobre as diferentes denominações evangélicas, que mesmo divergindo na sua forma de batizar ou de

governar conservam algo em comum — a mesma fé e práticas pautadas no Velho e no Novo Testamento, que reconhecem Cristo como único e suficiente Salvador —, critica da seguinte forma: “todas conservam [Igrejas Evangélicas] a moral do christianismo [sic] e trabalham contra os erros e inovações do Romanismo” (Elo da Fé, 15 de abril de 1923, 1ª edição, p. 1).

Na primeira página, o jornal apresenta uma matéria intitulada “Nossa Divisa e Nossos Fins”. No texto, explica-se que a finalidade do jornal não era confrontar igrejas evangélicas irmãs (batistas, metodistas, presbiterianos, dentre outras), ou seja, seu objetivo não seria publicar quaisquer matérias que apresentassem divergências teológicas entre protestantes, mas:

combater todo o espírito contrário a esse princípio vital para a Causa de Cristo, será o nosso empenho – que é o mesmo empenho de todos os jornaes evangelicos, de todos os crentes, com cujo auxílio e colaboração d’este já queremos contar. Desde logo declaramos que tão solidários somos com todas as corporações evangelicas, que não aceitaremos para publicação qualquer artigo sobre questões de forma de governo, fórma de baptismo ou quaesquer outras que possam prejudicar a causa commun, porque, como diz o nosso dictado (e não está em desacordo com a Palavra de Deus): “Cada casa com seu uso, cada roca com seu fuso.” Isso nos ensina São Paulo (Aos Romanos XIV: 1 a 23) na 1.ª epistola aos Corinthios cap. 12 (Elo da Fé, 15 de Abril de 1923, 1º Edição, p.4).

Contudo, em relação ao catolicismo, o qual chama de “espírito contrário”, o confronto estaria delimitado. Mais tarde, outro inimigo a ser combatido seria incorporado — neste caso, o espiritismo. A maçonaria não é atacada pela ICEB. Talvez, o motivo seja porque, historicamente, há relatos de maçons que contribuíram para a causa protestante, conforme cita David Vieira: “os maçons muitas vezes ajudaram as causas protestantes [...] fizeram frente comum com eles contra a Igreja Católica, como fizeram com espíritas e os judeus [...]. Era um caso de grupos de minoria unindo-se em autodefesa” (Vieira, 1980, p. 279).

A expressão “causa comum” é explicada no jornal como a exposição do evangelho, tendo Cristo como “único salvador dos pecadores”. No que tange às igrejas irmãs, pela leitura da matéria, fica subentendido que as divergências sobre batismo e organização do governo da igreja assumem um aspecto de questões tidas como secundárias. Claro que são aspectos distintivos para cada denominação; contudo, em relação à pregação do evangelho, preferem deixar as divergências de lado e se unirem contra o catolicismo — provável reflexo do caráter interdenominacional da UESA na ICEB.

3. O JORNAL “O ELO DA FÉ” E O DISCURSO ANTICATÓLICO

“O Elo da Fé” aborda uma questão de conflito religioso em resposta a uma publicação veiculada no dia 30 de junho de 1923 pelo jornal “Santuário da Trindade”, que provavelmente se referia ao missionário Luiz Rodrigues de Jesus, o qual estaria convidando pessoas para participarem do Nono Congresso de Gameleira. Para a Igreja Católica, aceitar folhetos protestantes era o mesmo que compactuar com o inimigo da fé católica: “Catholicos [sic], não compreis o não acceiteis [sic] de graças livros e folhetos protestantes. O

protestantismo norte americano é inimigo tanto da Religião catholica [sic] como da Pátria e da unidade nacional" (Santuário da Trindade, 30 de junho de 1923, ed. 27, p. 2).

Nessa mesma página em que foi publicado esse trecho, faz-se referência a um homem velho e negro que estaria inserindo folhetos por debaixo das portas das casas dos católicos. Isso gera dúvidas quanto ao local em que essa panfletagem ocorreu: se na recém-formada Gameleira ou na cidade de Santa Cruz de Goiás, onde os protestantes haviam sido expulsos. O mais provável é que ela tenha ocorrido em Santa Cruz de Goiás, afinal, Gameleira era um território predominantemente protestante, sem famílias católicas ainda estabelecidas, o que justificaria a publicação do "Santuário da Trindade", tendo em vista que o congresso poderia atrair adeptos ao protestantismo.

A nota sobre os protestantes encerra-se com um elogio dos editores do jornal ao comportamento dos fiéis católicos: "felizmente, o nosso povo já conhece esses distribuidores de folhetos e logo atira ao fogo ou a lixo [sic] os taes [sic] papeluchos [sic]" (Santuário da Trindade, 30 de junho de 1923, ed. 27, p. 2).

O Sanctuario [sic] da Trindade, jornal dos padres, publicado em Campinas, E.de Goyaz [sic], mostra-se impressionado com o facto de ter o nosso irmão Snr. Luiz Rodrigues de Jesus, passado por aquellas [sic] plagas [regiões] distribuindo folhetos protestantes! "Lança-os ao fogo", diz a referida folha, e assim os senhores padres procuram sempre tapar os olhos do povo, para que não veja a verdadeira luz da salvação, que é N. S. Jesus Christo, anunciado pelos protestantes. São cegos, conductores de cegos, e um dia, perante o tribunal divino, esses homens de batina terão que responder pelas muitas almas que guiaram para as trevas da condenação. Mas, o pior é que todos estes males resultam da cupida ambição e da vil exploração de muitos desses senhores padres da Egreja Romana. (Elo da Fé, 18 de julho de 1923, Edição, ed. 4, p.19).

Nesse trecho há três críticas. A primeira delas é a acusação de “tapar os olhos do povo para que não veja a verdadeira luz da salvação”, provavelmente uma crítica ao culto aos santos, que impediria as pessoas de se aproximarem de Jesus Cristo, conforme creem os protestantes: Jesus é o Senhor e Salvador, e a única divindade a ser adorada. A segunda crítica é um desdobramento da primeira: fala a respeito da suposta “cegueira”. Talvez tenha o objetivo de apontar, no catolicismo, um distanciamento de Cristo e da salvação unicamente pela graça, para se colocar naquilo que os protestantes denominam de idolatria. Por fim, a terceira crítica refere-se às

arrecadações ambiciosas do catolicismo. Como não há figura de linguagem nesse ponto, a interpretação é literal.

O “Santuário da Trindade” também faz críticas ao congresso que ocorreu em Gameleira, noticiado pelo “O Elo da Fé”, enquanto um missionário protestante de Goiás chamado Archibald Tipple faz menção a Gameleira com um ponto de vista um tanto quanto admirado.

São engraçados os protestantes. Para se darem importância, escrevem em jornais de São Paulo que celebraram uma grande convenção na cidade de Gamelleira [sic], em Goyaz. Aqui em Goyaz não se conhece nenhuma cidade nem mesmo vila nem distrito com este nome. A Gamelleira [sic] dos protestantes é um cercado de arame, dentro do qual se acham alguns casebres. E a enumeração de lugares goyanos [sic], em que há núcleos de protestantes, não passa igualmente de fita, pois em diversos pontos estes núcleos se compõem somente de dois ou três indivíduos que se dizem protestantes afim de receberem dinheiro para a propaganda (Santuário da Trindade, 1 de dezembro de 1923, Edição 38, p.1).

O congresso de Gameleira ocorreu entre os dias “26 de junho a 1 de julho” (Elo da Fé, 18 de julho de 1923); o evento foi noticiado nas edições de 15 de maio e 12 de junho de 1923. O Missionário Archibald Tipple (2019) comentou em seu livro Bandeirantes da Bíblia no Brasil

Central sobre os congressos que ocorriam em Gameleira, acredito que de modo geral, não especificamente sobre este ao qual o “Santuário da Trindade” faz menção. Contudo, a nota em livro pode nos ajudar a ter uma compreensão da visão que esses protestantes tinham sobre a vila Gameleira:

Oradores de São Paulo e outras cidades vieram visitar esta vila crente e com suas palestras animavam os crentes convencionistas [...] As convenções Anuais de Gameleira foram belos dias de saudosa memória. Chegavam carros de bois trazendo grandes famílias, muitas vezes levando mais de um mês de viagem, para ida e vinda. Um grande número vinha a cavalo, outras a pé e, mais recentemente, vinha bicicleta e automóvel (Tipple, 2019, p.40).

Temos duas perspectivas sobre Gameleira; são duas óticas que possivelmente atendem aos interesses de ambos os lados. A história de Gameleira está interligada com Santa Cruz de Goiás. Segundo Guimarães (2019), a origem de Santa Cruz de Goiás remete a aproximadamente 1729. Foi fundada por Manoel Dias, que implantou nessa localidade um lugar para exploração de ouro. Suas primeiras casas eram construídas em torno de uma igreja católica; essa cidade, portanto, cresceu e desenvolveu sua expressão religiosa em volta da tradição católica, e permaneceu assim até o século XIX, com a chegada do protestantismo. A vila de Gameleira surge em decorrência de um conflito religioso entre católicos e protestantes em Santa Cruz de Goiás. Tipple cita que, após a conversão de Benedito Estevão Rodrigues, ele lançou na rua uma imagem de São

Sebastião antes da procissão passar. A atitude desse novo converso causou comoção na cidade. Houve o envolvimento de autoridades políticas, que culminou na expulsão e no apedrejamento desses protestantes.

Após a expulsão desses protestantes, um fazendeiro por nome de José Pereira Faustino doou, em 1909, quatro alqueires de terra para a construção de um templo religioso, conforme comenta Siqueira (2024). Tipple (2019) esclarece que, a 60 quilômetros de Santa Cruz, esse fazendeiro havia se convertido após o contato com um viajante que lhe apresentou a Bíblia, despertando seu interesse em conhecê-la. Quando soube da presença de pregadores em Santa Cruz, mandou chamá-los. Foi enviado um missionário por nome de Néphatali Vieira, convertido em Ipameri-GO, através do trabalho de Frederick Charles Glass. Ele foi o responsável pela exposição da Bíblia para essa família. José Pereira soube da perseguição enfrentada pelos crentes de Santa Cruz e os convidou a refugiar-se em sua fazenda. Posteriormente, fez a doação das terras para a Junta de Missões. A vila Gameleira tinha três ruas: a Fé, a Esperança e a Caridade. De acordo com Siqueira: “Em 1927, Gameleira passou a ser denominada Cristianópolis. Veio a ser emancipada em 1953, pela Lei Estadual nº 739, desmembrando-se de Pires do Rio, antiga sede do distrito” (Siqueira, 2024, p. 154).

O caso de Gameleira chama atenção para um outro ponto que faz parte da controvérsia entre o “rebanho de Pedro e os filhos de Lutero” (termo usado por Simões [2008] para designar católicos e protestante): a questão da adoração às imagens. Guimarães comenta sobre a importância que São Sebastião tinha para essa comunidade:

A festa do padroeiro é um acontecimento que promove a sensibilidade espiritual na vida das pessoas, que para a fé católica também é um momento de reflexão e humanização dos indivíduos. Onde as pessoas se encontram, trabalham em equipe, envolvem os vizinhos, enchem seus corações de esperança em um mundo cheio de contradições, feridas e violência. Na perspectiva do catolicismo, as procissões em homenagem aos santos possuem caráter sacro, e geralmente, estas procissões, são feitas para agradecer, suplicar ou mostrar o quão o homem é vulnerável as suas ações e situações, principalmente quando fere o sagrado. E, a quebra da imagem do Santo São Sebastião, motivou a comunidade a ir de contra todos os princípios, convertendo-os em violência e ódio aos protestantes (Guimarães, 2019, p.2).

Quebrar a imagem do santo foi um ato que desencadeou uma série de conflitos e atitudes de ódio em relação aos protestantes. É claro que isso ocorreu em decorrência do valor simbólico que a imagem possuía. O conflito na cidade resultou em perseguição e até mesmo em estratégias para tentar conter o avanço protestante. A estratégia foi construir um templo e montar uma vila nas proximidades de Gameleira, algo em torno de 8 km. O terreno foi doado por um homem rico. Contudo, de acordo com Tipple, as pessoas preferiram o comércio da vila crente, pois era mais movimentado. Ele afirma que, mesmo com as tentativas de prevalência da vila católica, a

pouca movimentação comercial fez com que, em pouco tempo, a vila estivesse em ruínas.

Na perspectiva de Tipple, Gameleira era um paraíso, pois ali não havia perseguição. Tipple informa que, com o tempo, a cidade de Gameleira aceitou a presença católica: “[...] permitiram que a Igreja Romana construísse um pequeno templo, um pouco afastado da cidade” (Tipple, 2019, p. 41). Essa permissão ocasionou perseguições aos protestantes posteriormente. Enfim, se a vila crente era um redil de arames farpados, não há como afirmarmos; são questões para as quais não obtivemos respostas, justamente por escassez de informações. Portanto, não sabemos se foi uma exaltação protestante quando se faz menção aos congressos em Gameleira ou se era, de fato, uma crítica fundamentada por parte do catolicismo.

No que tange ao discurso católico esboçado no “Santuário da Trindade”, os argumentos são bem hostis em relação ao protestantismo. Embora o protestantismo da ICEB não apresente um tom similar — ou seja, um discurso contendo xingamentos e comparações ofensivas —, ele não deixa de assumir uma postura de “protestantismo guerreiro” (Mendonça, 1995, p. 230). Mendonça utiliza esse conceito para descrever a atuação do protestantismo frente aos seus adversários transcendentais da fé (esse conceito surgiu a partir da análise que o autor fez da hinologia de Sarah Kalley). Contudo, Velasques Filho — que publicou o livro "Introdução ao Protestantismo" com Mendonça — fez uma ampliação do conceito de protestantismo guerreiro. Ele afirmou que se tratava da luta do protestantismo contra o paganismo: “A luta do protestantismo guerreiro se volta também contra o catolicismo, uma vez que ele é identificado como o paganismo ou, mais ainda, como

uma das formas mais perigosas de paganismo” (Mendonça; Velasques Filho, 1990, p. 162).

A atuação da ICEB no Brasil dava-se justamente por entender que o país estava imerso no paganismo católico. Na visão da ICEB, lutar contra o romanismo³ era estar lutando contra o próprio “rei das trevas” (Elo da Fé, 15 de abril de 1923, p. 4). Esse entendimento do catolicismo latino-americano como pagão surgiu com o Congresso de Edimburgo. Embora, a princípio, tenha dividido opiniões entre os norte-americanos — que defendiam que os católicos deveriam ser considerados cristãos —, essa não era a mesma posição dos ingleses e alemães. Pois, na perspectiva desses evangélicos (o que provocou o nascimento da UESA), pregar em solo brasileiro significava combater aquilo que era considerado equivocado segundo a cosmovisão protestante. Para eles, isso não se tratava de uma atitude hostil com relação aos católicos, conforme explica Paes, mas de um esclarecimento a partir das “verdades evangélicas” (Paes, 2025, p. 6). É partindo dessa cosmovisão de “verdade evangélica” que Silas Daniel elenca alguns dos objetivos do protestantismo de missão: “[...] a suficiência da Bíblia; o arrependimento como imperativo; a entrega a Cristo; o afastamento do mundo cheio de pecados; o abandono da idolatria e dos santos” (Santos, 2018, p. 24). Os dois últimos objetivos são um convite ao confronto direto com o catolicismo.

As críticas ao protestantismo, a partir do jornal católico goiano, assumiram um tom depreciativo. Algumas vezes, desqualificavam Lutero⁴; em outras, criticavam os líderes religiosos protestantes, acusando-os de serem leigos⁵. Em certos casos, os padres incentivavam o distanciamento dos protestantes — recomendando que não se tivesse amizade com eles⁶ —, faziam comparações e os

denominavam de burros⁷. Há notas no jornal que caracterizavam os protestantes como pagãos⁸. “O Elo da Fé”, parece não ser tão diferente, em alguns pontos, do “Santuário da Trindade”. A diferença é que ele deprecia de forma menos escancarada, com uma linguagem mais teológica do que com termos pejorativos. Mendonça explica que o protestantismo se comunicava de uma forma “franca e agressiva, embora a linguagem, quase sempre cavalheiresca, escorregasse às vezes para a ironia” (Mendonça, 1995, p. 82).

No livro "O Protestantismo Brasileiro", Emile G. Léonard explica que essas características agressivas do protestantismo eram oriundas de uma herança antipapista dos não conformistas britânicos. Essa ideologia esteve presente na visão dos protestantes das igrejas-mães dos Estados Unidos. Para esse autor, “os evangélicos confiaram muito na polêmica e atacaram fortemente os erros católicos” (Léonard, 2023, p. 117). A gênese dos conflitos entre protestantes e católicos esteve justamente na ação proselitista do protestantismo. Afinal, o protestante aderiu bem a esse lado polêmico, pois evangelizar grupos que há muito tempo estavam enraizados era, contingencialmente, propício ao conflito. Mendonça explica que: “o esforço desenvolvido pelos protestantes para convencer os católicos constitui-se no confronto direto com o catolicismo, uma vez que se trata de tentativa de substituição de princípios da fé” (Mendonça, 1995, p. 82).

Esse tom irônico aparece no “O Elo da Fé”, em uma matéria do dia 15 de maio de 1923, intitulada “A verdadeira família de Cristo”, escrita pelo redator do jornal, Accacio Gedeão Coutinho. O texto parece indicar que o objetivo da matéria é desconsiderar a Igreja Católica como parte da “verdadeira videira” (Elo da Fé, 15 de maio de 1923, ed.

2, p. 6–9). Ou seja, em tom metafórico, a videira é comparada a Cristo, a quem a Igreja deve estar ligada e de quem recebe a seiva do amor e da humildade. Jesus é destacado como o único “chefe infalível” da verdadeira família cristã. Para o autor, somente unidos a Cristo é que podemos afirmar que somos pertencentes à verdadeira videira. As demais videiras, segundo ele, são falsas e só podem produzir frutos de falsidade, avareza e hipocrisia. Talvez o redator tivesse em mente os supostos dados apresentados nesta mesma edição, que criticam o luxo do Vaticano: “o papa possui [sic], [...], 300 casas, quintas, castelos, conventos, colégios, 30.000 hectares de terra para cultura, extensos terrenos em Haggustow, e muitas propriedades em Londres. No banco da Inglaterra tem depositados, 250 milhões de francos” (Elo da Fé, 15 de maio de 1923, ed. 2, p. 14). O Rev. Coutinho afirma que, na família de Cristo, só pode haver um pai, e que ninguém deve se constituir pai ou mestre, como fazem os padres: “como ridicularisaes [sic] esse nome tão sagrado com o vosso procedimento e com doutrinas errôneas dos homens, que ensinaes [sic] em lugar das coisas que Jesus tem mandado” (Elo da Fé, 15 de maio de 1923, ed. 2, p. 8). Para o pastor, só é parte da verdadeira família aquele que faz a vontade de Deus.

Para que o povo saiba onde está a verdadeira família de Cristo, basta saber onde estão os que fazem a vontade de Deus. Estarão porventura no romanismo? Acaso, Deus que disse: "não terás outros deuses diante de mim; não farás para ti imagem de escultura [sic] nem te encurvarás a ellas [sic] ", não está sendo desobedecido? Jesus mandou que a ninguém chamássemos Pae [sic] (ou Padre) sobre a terra e, porventura, ficará satisfeito vendo homens pecadores, cheios de vícios, inquisidores [sic] e perseguidores, usando sacrilegamente [sic] esse título. [...] Esses fructos [sic] não fructos da verdadeira videira (Elo da fé, 15 de maio de 1923, ed.2, p.8).

Entendemos que a associação ao paganismo é evidente nessa parte do texto. A justificativa, segundo eles, se deve ao fato de o catolicismo manter essa liturgia no culto às imagens. Ao longo do texto, são apresentadas outras discordâncias, como a do purgatório, que não está desconexa do culto aos santos. Essas características conflituosas com os símbolos religiosos do outro tratam-se de um meio de preservação da própria identidade. Parece que o objetivo é demonstrar as características que distinguem ambas as religiões. Essa distinção, na ótica de Rubem Alves, parte da missão do protestantismo, que tem como prioridade a conversão do catolicismo. Pois foi por esse motivo que o protestantismo veio para o Brasil: para resolver o problema que era o catolicismo. Contudo, se houver uma conversão de grupos católicos, a missão do protestantismo se encerra. Afinal, "se o inimigo desaparece, não existe mais contra quem lutar" (Alves, 1982, p. 246). Manter altos os

muros que os separam faz com que o campo de batalha esteja sempre em movimento. Isto é, deixar claro que não se trata de uma igreja irmã faz do outro um rival, um inimigo que necessita ser combatido em nome da verdade. Se as barreiras são derrubadas, o protestantismo perde o tesão para militar, perde sua essência, que está numa identidade que sempre está se reformando, conforme cita José Gonçalves Salvador: “o protestantismo não pode ser estático, por natureza” (Salvador, 1962, p. 24).

Uma das questões abordadas no trecho é a acusação de idolatria. Segundo Michael Reeves (2016), o culto aos santos remonta ao período da Igreja medieval, em que o Cristo ressurreto era visto como o grande juiz do juízo final. Para esses cristãos medievais, ele era implacável em sua santidade e, por isso, não havia como se aproximar dele, sendo necessário redirecionar as petições à mãe de Cristo. Maria, com o tempo, tornou-se a intercessora desses cristãos. Contudo, com o passar dos anos, ela assume uma postura inacessível e se torna a terrível rainha dos céus; foi, então, necessário apelar a Santa Ana, mãe da Virgem Maria. Não somente Santa Ana, mas também os demais santos da Igreja foram sendo introduzidos, de modo que passaram a compor um panteão de intercessores. Contudo, Andrade (2010) estabelece uma cronologia diferente. Para ela, o culto aos santos remete-se aos antigos mártires da história do cristianismo — santos que morreram em nome da fé. Para a tradição, os santos são aqueles que tiveram sua santidade reconhecida por outros cristãos. Os lugares onde esses santos foram sepultados, com o tempo, tornaram-se locais de peregrinação, e sobre seus túmulos foram construídas igrejas com a finalidade de preservar suas relíquias. “A maior expressão de religiosidade encontra-se nesses cultos aos santos” (Andrade, 2010, p. 133).

Independentemente de onde começou, o ato de intercessão aos santos e a crença em seus milagres fazem parte da espiritualidade e da identidade católica. Na perspectiva católica, o ato de prestar culto às imagens não se configura como idolatria, pois a atitude que se tem em relação aos santos é uma atitude de veneração respeitosa, e não equivalente à adoração, que deve ser prestada somente a Deus⁹. O “Santuário da Trindade” publicou uma nota em que se defende dos ataques protestantes concernentes ao culto aos santos:

Nós não adoramos santo algum; nenhum livro catholico [sic] ensinou jamais essa loucura, que seria verdadeira idolatria. Nós veneramos, isto é, honramos e reverenciamos os santos como amigos de Deus e nossos intercessores juntos delle [sic]. [...] Deus mesmo quer que os veneremos, pois esse culto recae [sic] nelle [sic] mesmo que os fez santos, perfeitos, dignos de veneração. (Santuário da Trindade, 27 de setembro de 1924, ed.77, p.2).

Uma personagem muito importante para o catolicismo é Maria. A Virgem Maria, conforme defende Santo Afonso de Ligório: “se Cristo homem é verdadeiro Deus e se a Maria Santíssima é verdadeira mãe de Cristo homem, é consequência necessária que seja mãe de Deus” (Ligório, 2020, p. 573). Segundo Takatsu (1962), a Virgem Maria ocupa um lugar de destaque na economia divina da salvação do homem. Maria faz parte do processo de redenção justamente por ter encarnado o Verbo vivo; ela surge como elo intermediário entre o eleito e a Igreja. Assim como o protestantismo desqualificou o catolicismo como parte da família da fé por questões teológicas, de

modo similar, o catolicismo se vale de interpretações teológicas para demonstrar que o protestantismo não é parte da “videira verdadeira”.

O protestantismo não pode ser religião de Christo [sic], porque proíbe [sic] de venerar e invocar Nossa Senhora. Não é amigo de Jesus quem é inimigo de sua santíssima Mãe. E isto uma cousa muito clara e evidente, assim como é claro que Jesus é entre todos os filhos o mais amoroso e carinhoso para com a sua mãe. Este ódio dos protestantes contra a devoção a N. Senhora é uma prova certa de que o protestantismo é seita diabólica, porque Deus mesmo revelou que sempre haveria guerra entre o demônio e a mulher da promessa que é N. Senhora. (Santuário da Trindade, 27 de janeiro de 1923, ed.16, p.1).

Demonizar, dizer que não é uma religião verdadeira ou que não pertence à videira verdadeira é parte daquilo que Souza (2014) explica sobre esses conflitos: o fundamental era desqualificar o adversário — e isso partia de ambos os lados. Ele tem razão ao afirmar que as discussões não eram exaustivas nem apresentavam profundidade teológica. Acreditamos que o interesse nessas matérias não era apresentar bons argumentos e demonstrar, por meio deles, quem estava com a razão. Em ambos os jornais, os argumentos são apresentados de forma bastante simples. Claro que parte disso, provavelmente, se deve ao público, que em sua maioria não era composto por acadêmicos, mas por leigos. Contudo, mesmo sendo simples, o propósito parece atender a um objetivo: o de

depreciar o outro — em outras palavras, fazer do outro um espantalho. A respeito do purgatório:

[...] existe um purgatório e que as almas aí retidas são auxiliadas pelas intercessões dos fiéis, porém mais do que tudo pelo aceitável sacrifício do altar, este [sic] santo sínodo instrui os bispos a encarar com a maior seriedade que a sã doutrina a respeito do purgatório, transmitida pelos santos padres e sagrados concílios seja pelos fiéis cristãos crida, mantida, ensinada e em toda [sic] parte pregada. (Bettenson, 1963, p.302).

O purgatório está intrinsecamente relacionado ao culto aos santos. Jacques Le Goff demonstra isso em seu livro "O nascimento do Purgatório", no qual explica a participação dos santos no processo de intercessão das almas que precisam de auxílio no purgatório: "As almas no purgatório precisam de ajuda. Esta lhes é dada principalmente por seus familiares, seus amigos, suas comunidades. Mas não cabe aos santos, a certos santos, fazer seu dever de intercessores, de auxiliaadores?" (Le Goff, 2017, p. 417).

Le Goff explica que, no século XII, as ideias sobre a vida após a morte foram discutidas por Agostinho e Gregório, o Grande. Sobre a vida após a morte, pensava-se da seguinte forma: havia os eleitos e os condenados. A salvação era sinônimo de uma vida de fé e boas obras, enquanto a danação estava associada à impiedade e aos crimes capitais. Após a morte, alguns aguardavam no túmulo, denominado no Antigo Testamento como *shéol*. No *shéol* — o mundo dos mortos — existiam o Seio de Abraão, conhecido como

paraíso, e o inferno. Entre os dois, havia um ou dois lugares intermediários, dependendo da interpretação. Le Goff informa que Santo Agostinho defendia uma provação, antes de ir ao paraíso, para aqueles que não eram totalmente maus. Para a grande maioria que acreditava na existência de um local intermediário, os mortos que aguardavam o paraíso se submetiam a uma purgação. Foi entre os séculos IV e IX que essas ideias religiosas se fortaleceram.

Dos Pais da Igreja aos últimos representantes da Igreja carolíngia, o problema do além é essencialmente o da escolha entre a salvação que conduzirá ao paraíso e a danação que conduzirá no inferno. Definitivamente, a crença que mais se fortaleceu entre os séculos IV e IX e que criou o terreno mais favorável ao nascimento do purgatório foi a prática das preces e, mais amplamente, dos sufrágios pelos mortos. (Le Goff, 2017, p.174).

No artigo 96 do Catecismo da Igreja Católica, a intercessão dos santos ocorre pelo fato de os habitantes do céu estarem intimamente ligados a Cristo; por esse motivo, não deixam de interceder pelos habitantes da terra junto ao Pai. Para o catolicismo, a intercessão dos santos auxilia no processo de passagem pelo purgatório. Nos livros que tratam da dogmática católica, afirma-se que “o purgatório é o estado provisório de purificação daqueles que partiram desta vida orientados para Deus, mas com resquícios ainda do pecado” (Roberto, 2015, p. 287). De acordo com esse autor, o purgatório é um local onde as almas se purificam no amor de Deus e se tornam mais semelhantes a Cristo. A existência de um

purgatório seria a manifestação da santidade e da justiça de Deus, que exigem dessas almas um pagamento por suas penas pendentes. Essas almas não devem ir diretamente para o inferno por causa de seu contato com a caridade, o que faz com que sejam transferidas para um local intermediário de purificação. A permanência nesse local é limitada, e o castigo dos eleitos é diferente do castigo dos condenados ao inferno. O purgatório se encerra no juízo universal de Deus, quando houver a ressurreição para a vida eterna. O Catecismo da Igreja Católica, no artigo 1032, define que o ensinamento do purgatório se baseia na prática da oração pelos mortos, conforme o texto deuterocanônico de II Macabeus 12:46: "Por isso, fez a expiação pelos mortos, para que fossem libertados do pecado". Paul Tillich (2015) afirma que, quando o Concílio de Trento tratou a respeito do purgatório, não apresentou uma posição teológica fundamentada e convincente, apenas reafirmou o ensino conforme a tradição.

Gomes Filho (2024) explica que, em relação ao "Santuário da Trindade", tinha duas classes de argumentos centrais contra o protestantismo: os argumentos teológicos e argumentos patrióticos. Os argumentos teológicos se desenvolviam em torno de questões como o culto à Virgem Maria e aos santos, as acusações de falsificação das Bíblias e de serem obra demoníaca. Os argumentos patrióticos eram acusações civis. Quanto aos argumentos teológicos, o Jornal do Santuário da Trindade publicou uma nota intitulada "Bíblias Falsificadas", na qual critica os protestantes, afirmando: "A Bíblia é tudo para eles [...] por isso era de se esperar que tratassem a Bíblia com maior cuidado. Mas justamente o contrário acontece: eles fazem com a Bíblia o que querem" (Santuário da Trindade, 19 de janeiro de 1924, Ed. 43, p. 1). O trecho critica uma tradução da versão Almeida, que supostamente traduz erroneamente um versículo que

faz referência à grandeza de Maria — “Ave Maria cheia de graça”; de acordo com os redatores, esse texto não agrada aos protestantes, pois são inimigos de Nossa Senhora. O “Santuário da Trindade”, apresenta um versículo, enquanto Boanerges Ribeiro (1981) menciona vários outros que o catolicismo acusava o protestantismo de deturpar, citando uma carta pastoral de Dom Manoel Joaquim da Silveira, arcebispo da Bahia. Entre esses versículos estavam: I Coríntios 9:27, que na versão católica diz “castigo o meu corpo”, e na versão protestante traz “subjugo o meu corpo”; na Vulgata, por exemplo, Cristo é apresentado como a verdade, enquanto na Almeida está escrito “o Espírito é a verdade”.

Essas acusações, segundo Boanerges Ribeiro (1981), foram respondidas pelo Rev. Holden, que, na época, publicou um texto intitulado “As Acusações Contra os Protestantes”. Nesse texto, ele explicou que as diferenças linguísticas ocorrem devido à diferença nas fontes de tradução, e que a preferência deveria ser pela tradução que vem diretamente dos originais grego e hebraico — neste caso, a Almeida tinha preferência sobre a Vulgata Latina. Ao longo de seu texto, Boanerges Ribeiro apresenta um argumento do General Abreu e Lima, que afirma: “E porventura será só a Bíblia traduzida pelo padre Almeida que se acha falsificada, truncada e viciada? Não, a do padre Pereira, impressa em Londres, contém as mesmas falsificações, como tive ocasião de verificar” (Ribeiro, 1981, p. 148). A Sociedade Bíblica que produziu a versão católica era a mesma que produziu a versão protestante; inclusive, a versão católica foi aprovada por esse mesmo arcebispo. Resumindo, o teor da crítica possivelmente tinha a finalidade de desconstruir a credibilidade do outro.

Na nota do dia 19 de janeiro de 1924, a justificativa trazida era a questão das traduções. Já na edição do dia 22 de novembro, além da questão da tradução, acrescenta-se um novo argumento: a ausência dos livros nas Bíblias protestantes. Os conflitos descritos por Tipple apresentam essas acusações de Bíblia falsificada: “ele [padre] alegou que eu estava pregando uma Bíblia falsa e não a verdadeira: a católica romana” (Tipple, 2019, p. 38). Mas qual seria a diferença na questão textual? Paul Tillich afirma que: “temos duas bíblias, a romana e a protestante, que não são iguais” (Tillich, 2015, p. 213). Os livros que faltam na Bíblia protestante são: Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, I e II Macabeus, capítulo X (do v. 4), XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI, acrescentados ao livro autêntico de Ester; capítulo III de Daniel (do v. 24 até 90), capítulos XIII e XIV, todos acrescentados ao livro canônico de Daniel. Esse grupo de livros ausentes das Bíblias protestantes é denominado pelos católicos de deutero-canônicos e, pelos evangélicos, de apócrifos.

Nirio de Jesus Moraes (2020) nos esclarece que a palavra “apócrifo” vem do original grego *apokrypha*, que significa algo oculto ou escondido, aquilo que não foi comprovado e não passou pela regra — justamente o significado da palavra *cânon*, do grego *kanon*, que significa uma vara de medir, ou seja, algo que esteja dentro dos parâmetros. Para os protestantes, os livros deutero-canônicos são apócrifos. Os protestantes recusaram aceitar como inspirados textos que continham fragmentos escritos em grego nos ambientes alexandrinos, explica Gicélia Costa (2018). Para Moraes (2020), a palavra “apócrifo” é uma forma incorreta para se referir a esses livros não inclusos no cânon judaico e protestante. Mesmo que tenham sido contestados por influência dos hebreus, há muitas referências na literatura cristã antiga a esses livros como texto bíblico. Partindo do pressuposto de que os católicos os consideram canônicos,

haveria uma certa coerência em se usar outra palavra — neste caso, deuterocanônicos. Grupos como os anglicanos e várias igrejas ortodoxas têm diferentes opiniões sobre esse grupo de livros; alguns até mencionam que há um tipo de canonicidade neles, conforme Geisler e Nix (2006).

Para Geisler e Nix (2006), há quatro conceituações distintas em relação à divisão do que corresponde ao cânon, inclusive mantendo o termo apócrifo. Sua classificação seria: a) *Homologoumena* – os livros aceitos por todos, tanto católicos, judeus quanto protestantes; b) *Pseudepígrafos* – os livros rejeitados por todos e que não pertencem ao período intertestamentário; exemplos: Evangelho de Tomé, Evangelho de Pedro, Evangelho dos Egípcios, etc.; c) *Antilegomena* – os livros que foram questionados por alguns; exemplos: Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, Ester, Ezequiel e Provérbios. O livro de Cantares por parecer muito sensual; Eclesiastes, por parecer muito cético; Ester foi questionado por não mencionar o nome de Deus; Ezequiel, por aparentar discordar da Lei mosaica; e Provérbios, por apresentar supostas incoerências internas; d) *Apócrifos* – esses livros são aceitos pelos católicos como canônicos e rejeitados por judeus e protestantes — neste caso, os deuterocanônicos.

Geisler e Nix (2006) adotam uma posição a partir do entendimento de que apócrifo seria aquilo que não foi adotado pelos judeus no Antigo Testamento e pelos protestantes tanto no Antigo como no Novo Testamento. Eles explicam que, antes do Concílio de Trento, o cânon do Antigo Testamento, até a época de Neemias, compreendia apenas 22 livros. A canonização que aconteceu no Concílio de Trento não recebeu apoio histórico, e a comprovação disso se daria por alguns motivos: a comunidade judaica jamais os aceitou como

canônicos; doutores da Igreja, como Jerônimo e Irineu, nos séculos III e IV, rejeitaram esses livros; além disso, muitos outros estudiosos católicos romanos ao longo da Reforma também os consideraram apócrifos. Para os protestantes, são considerados inspirados os livros de Moisés a Malaquias, por fazerem parte de uma sucessão profética e, posteriormente, de uma escola profética erigida por Samuel (I Samuel 19:20). Portanto, para ser canônico, um livro do Antigo Testamento deveria compreender o período profético, que esteve entre o reinado de Artaxerxes, no século IV a.C., e a época de Josefo, no século I d.C. Com relação ao Novo Testamento, são considerados canônicos os livros que eram aceitos pela maioria dos pais da Igreja.

A partir do Concílio de Trento, a Igreja Católica reafirmou o conjunto de livros que já era considerado por ela como canônicos. Embora o Concílio de Trento fosse ecumênico, essa reunião não levou em consideração as Igrejas do Oriente, que admitem a canonicidade dos livros de 3 e 4 Esdras, além da Oração de Manassés, explica Ribeiro (2024). Geisler e Nix (2006) afirmam que os motivos da Igreja Católica eram óbvios, pois, em 2 Esdras — que corresponde ao 4 Esdras para os católicos —, há um argumento contra a oração pelos mortos (2 Esdras 7.105). Em Trento, a Bíblia de São Jerônimo “foi declarada autêntica” (Jedin, 1961, p. 117). Ribeiro (2024) esclarece que, apesar de Jerônimo de Estridão (342–420) ter incluído esses livros na Vulgata Latina quando traduziu a Septuaginta (Bíblia dos Setenta, que era usada na época de Cristo e cujo texto estava em grego), ele considerava os livros deuterocanônicos como apócrifos e afirmava que não deveriam ser usados para estabelecer doutrina. Flávio Josefo, um historiador judeu que muitos protestantes usam como referência, comenta que:

Temos somente vinte e dois que compreendem tudo o que se passou, e que se referem a nós, desde o começo do mundo até agora, e aos quais somos obrigados a prestar fé. Cinco são de Moisés, que refere tudo o que aconteceu até sua morte, durante perto de três mil anos e a sequência dos descendentes de Adão. Os profetas que sucederam a esse admirável legislador escreveram, em treze outros livros, tudo o que se passou depois de sua morte até o reinado de Artaxerxes, filho de Xerxes, rei dos persas, e os quatro outros livros contêm hinos e cânticos feitos em louvor de Deus e preceitos para os costumes. Escreveu-se também tudo o que se passou desde Artaxerxes até os nossos dias, mas como não se teve, como antes, uma sequência de profetas não se lhes dá o mesmo crédito, que aos outros livros, de que acabo de falar e pelos quais temos tal respeito, que ninguém jamais foi tão atrevido para tentar tirar ou acrescentar, ou mesmo modificar-lhes a mínima coisa. Nós os consideramos como divinos, chamamo-los assim; fazemos profissão de observá-los inviolavelmente e morrer com alegria, se for necessário, para prová-lo. (Josefo, 2004, p. 1480).

Para justificar a ausência dos apócrifos na Bíblia protestante, o pastor presbiteriano Eduardo Carlos Pereira (1855–1923) apresenta esse argumento de Flávio Josefo. Pereira (1949) explica que os judeus eram os oráculos de Deus, portanto, foi confiado a eles os ensinamentos dos profetas, e eles estabeleceram o cânon judaico na

Grande Sinagoga, no templo de Esdras. Para eles, entre o intervalo de Malaquias a João Batista, só existem os 22 livros no Antigo Testamento, isto é, os demais não são canônicos. O autor ainda acrescenta que até mesmo o Padre Figueiredo, tradutor da Vulgata Latina, reconhecia que não se devia dar autoridade aos livros deuterocanônicos. Esse hiato mencionado por Pereira, segundo Geisler e Nix (2006), se trata do período intertestamentário; esse período é conhecido como os quatrocentos anos de silêncio profético, que corresponde ao intervalo de tempo entre Malaquias e o Evangelho de São Mateus.

Pereira (1949) usou um argumento teológico para afirmar que Jesus aceitou apenas o cânon judaico, quando declara no Evangelho de Lucas 24:44 que a Lei, os Profetas e os Salmos falam a respeito dele, isto é, Jesus não teria incluído como canônicos os livros deuterocanônicos. Como os outros autores supracitados, Pereira (1949) também usa o argumento de que São Jerônimo, o tradutor da Vulgata Latina, não concordava com a inspiração desses livros. Pereira (1949) cita doutores da Igreja que não aceitaram a canonicidade desses livros: Melitão de Sardes (160), Orígenes (183–253), Atanásio (296–373), Cirilo de Jerusalém (315–386), Gregório Nazianzeno (300–391), Anfilóquio (380), Epifânio (303–403), Hilário de Poitiers (370), Rufino (380), Primásio do século VI, Lenotius (590), Gregório, o Grande, Alcuíno, Pedro de Cluny, Hugo Cardinalis, Nicolau de Lira, Tomás Anglico e Cardeal Ximenes. Segundo esse autor, os concílios de Laodiceia e de Trullo rejeitaram os livros deuterocanônicos.

Moraes (2020) defende que não é correto inferir que, a partir do Concílio de Trento, esses livros deuterocanônicos foram incluídos na Bíblia, pois eles sempre fizeram parte da literatura cristã do primeiro

século. Para esse autor, os livros produzidos no período interbíblico fazem parte da história de Israel, pois contêm muitos vestígios do pensamento teológico dessa época e trazem muitas informações sobre os costumes judaicos. Lídice Ribeiro (2024) nos chama a atenção para o fato de que personagens importantes da Reforma mantiveram por muito tempo os deuterocanônicos em suas Bíblias, numa seção que denominavam de apócrifos. Esse era o caso de Lutero: para ele, não eram parte do cânon, mas eram úteis para leitura; as Bíblias alemãs, por centenas de anos, continham esse conjunto de livros. A versão de Ulrico Zuinglio (1484–1581) também os preservava, porém, com ressalvas em seu prefácio, dizendo que não deveriam ser usados para pregação; João Calvino também os colocou em uma seção separada e afirmava que eram profanos, porém, poderiam ser usados para leitura, mas não para formulação de doutrinas. Somente após a Confissão de Fé de Westminster, em 1647, os livros deuterocanônicos foram removidos. Nem todos os reformadores negaram sua utilidade; Moraes (2020) afirma que se deve ter um prestígio por essas literaturas, afinal, estavam em versões mais antigas da Bíblia e fizeram parte do contexto de outras comunidades cristãs.

"Ella [sic] não contém nem pode conter erros porque Deus não pode errar" (Santuário da Trindade, 22 de novembro de 1924, Ed. 85, p. 2). Esse trecho mencionado do "Santuário da Trindade" vem depois da nota intitulada "Porque proíbe a Igreja a leitura da Bíblia protestante?"; o trecho trata sobre a questão da inspiração e ressalta as afirmações contidas nos Concílios Tridentino e Vaticano, que declaram a Bíblia inspirada e que seu autor é o próprio Deus.

Na perspectiva protestante, a inspiração "é o meio pelo qual a Bíblia recebeu sua autoridade" (Geisler; Nix, 2006, p. 61). De acordo com os

dois teólogos protestantes, Geisler e Nix (2006), a inspiração é aquilo que traz a revelação escrita aos homens; ela é o meio pelo qual a revelação (neste caso, a comunicação divina) se tornou uma exposição aberta e objetiva. Claro que, nem sempre os homens compreendem a revelação, pois, para isso, precisam da iluminação do coração e da mente — ou seja, a compreensão subjetiva da revelação. Outro processo importante é a canonização. A canonização seria o modo pelo qual se reconhece essa atuação divina nos escritos sagrados; segundo eles, os escritos — e não os escritores — têm autoridade divina. Ou seja, “a canonização é o processo pelo qual a Bíblia recebeu sua aceitação definitiva” (Geisler; Nix, 2006, p. 61). O conceito de inspiração e canonização parece ser o mesmo para católicos e protestantes; a diferença estaria em quais livros contêm essa inspiração.

Ao que tudo indica, Leite (2017) tem razão ao afirmar que há uma “catolicidade” e uma “protestantização” em relação à Bíblia. O debate acerca do cânon judaico é anterior à Reforma Protestante e ao Concílio de Trento; nenhum dos lados inaugurou a discussão sobre os livros deuterocanônicos. É possível que ambos os lados tenham aderido a um discurso como meio de legitimar sua própria teologia, inclusive para defender os pontos que são convenientes às suas doutrinas. Os protestantes seguiram o modelo dos judeus ortodoxos, e o catolicismo, conforme explica Moraes (2020), seguiu o modelo da Septuaginta, que continha essas literaturas, lidas e acolhidas por muitas comunidades judaicas dos primeiros séculos e, posteriormente, no período da era cristã (séc. I). Se são inspirados ou não, isso necessariamente é um ponto de vista de fé, mas podemos inferir que ambas as versões da Bíblia — católica e evangélica — estariam subsidiadas historicamente para fazer parte ou não do cânon. Outros autores, como Pereira, Leite e Florêncio (2021),

afirmam que a escolha ideológica do protestantismo pelo cânon judaico é uma forma de se desvincular da Igreja Católica. De acordo com esses autores, a separação dos livros judaicos ocorreu noventa anos depois de Cristo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o jornal “O Elo da Fé”, constatamos que o protestantismo utilizou as próprias doutrinas do catolicismo como ferramenta de evangelização; ou seja, combateu as ideias religiosas católicas a partir dos mesmos fundamentos que elas apresentavam. A proposta protestante era norteadada pela ideia de que os católicos eram portadores de erros e de um espírito contrário à “causa de Cristo”. As matérias apresentavam um conteúdo apologético, ao mesmo tempo defensivo e combativo, direcionado contra a teologia católica.

A luta do protestantismo contra o catolicismo tem suas raízes no Congresso de Edimburgo. Esse conflito decorre de uma mentalidade que vê no outro a figura do inimigo. Para o protestantismo da Igreja Cristã Evangélica, pregar contra o catolicismo significa travar uma guerra contra o próprio “rei das trevas”. Além disso, conforme demonstramos ao longo do texto, é possível perceber que o jornal funcionou como um canal para essa rivalidade; em outras palavras, a forma de evangelização adotada consistia em minar o discurso do outro.

5. AGRADECIMENTOS

Expresso meus agradecimentos à CAPES pelo apoio institucional, cuja contribuição, por meio da concessão de recursos, foi fundamental para viabilizar o desenvolvimento desta pesquisa. Registro, igualmente, minha sincera gratidão à Igreja Cristã

Evangélica de Morrinhos, pela cessão integral da documentação que subsidiou a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ática, 1982.

ANDRADE, S. R. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, ano III, n. 7, mai. 2010. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>. Acesso em: 21 maio 2025. ISSN 1983-2850.

ARAÚJO, O. C. G. **História do protestantismo em Goiás (1890-1940)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

BONOME, J. R. **Viajantes Protestantes e a Cultura Brasileira nos Séculos XIX e XX**. Maringá: Viseu, 2024.

BRAGA, E.; GRUBB, K. **A República do Brasil: Uma análise da situação religiosa**. Brasília (DF): Editora Monergismo, 2022.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA: Editora Voz, Paulinas, Loyola, Ave Maria, 1993.

CAVALCANTE, J. **Uma nuvem pequena como a palma da mão**. São José dos Campos (SP): Editora Cristã Evangélica, 2014.

CÉSAR, E. M. L. **História da evangelização do Brasil**: dos jesuítas aos neopentecostais. Viçosa - MG: Ultimato, 2000.

COSTA, G. S. **Protestantes na “Atena Sergipana”**: Conflitos Religiosos na inserção do Presbiterianismo em Laranjeiras /SE (1884-1899). São Paulo: Recriar, 2018.

FAUSTINO, E. P. **Os missionários e a fundação da Vila de Gamelleira**: A História da Igreja Cristã Evangélica no Brasil. Goiânia: Edição do Autor, 2013.

GEISLER, N.L.; NIX, W. E. **Introdução bíblica**: como a Bíblia chegou até nós. 1. ed. São Paulo: Vida, 2006.

GOMES FILHO, R. **Padre João Batista Kiermeier: o fundador do jornal Santuário da Trindade e a modernização de Goiás**. In: GOMES FILHO, Robson (org.). Santuário da Trindade: Os Redentoristas e sua primeira contribuição à imprensa goiana. Goiânia: Editora Redentorista, 2024, p. 58-79.

GUIMARÃES, M. **Católicos e Evangélicos**: Análise do poder e da violência no século XX em Goiás. Goiás: UEG, 2019.

HAHN, C. J. **História do Culto Protestante no Brasil**. São Paulo: Editora Aste, 2011.

JEDIN, H. **Concílios Ecumênicos**: História e Doutrina. São Paulo: Editora Herder, 1961.

JORNAL O ELO DA FÉ. São Paulo: Volume I, 1923-1924.

JORNAL O ELO DA FÉ. São Paulo: Volume II, 1924-1925.

JOSEFO, F. **História dos Hebreus**: de Abraão à queda de Jerusalém. Rio de Janeiro: CPAD, 8ª edição: 2004.

LE GOFF, J. **O nascimento do Purgatório**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LEITE, R. M. A Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e as Escrituras em português: o debate entre a “Bíblia protestante” de Almeida e a “Versão autorizada” de Figueiredo (1804-1940). **Lusitania Sacra**, n. 35, p. 15–54, 2017. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/5403>.

Acesso em: 22 jan. 2025.

LÉONARD, E. G. **O protestantismo brasileiro**. 4. ed. São Paulo: ASTE, 2023.

LIGÓRIO, S. A. **História das heresias e suas refutações**. São Paulo: Ecclesiae, 2020.

MATOS, A. S. **A caminhada cristã na história**: a bíblia, a igreja e a sociedade ontem e hoje. Viçosa, MG: Ultimato, 2005.

MATOS, A. S. **Erasmus Braga, O Protestantismo e a Sociedade Brasileira**: Perspectivas sobre a Missão da Igreja. São Paulo: Cultura Cristã, 2008a.

MATOS, A. S. **Fundamentos da Teologia Histórica**. São Paulo: Mundo Cristão, 2008b.

MENDONÇA, A. G. **O Celeste Porvir**: A Inserção do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Editora Aste, 1995.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MORAES, N. J. **Literatura teológica do Período Intertestamentário:** os Livros Deuterocanônicos. Florianópolis: Encontros Teológicos, v.35, n.2, 2020, p.303-321.

PAES, F. L. O. A. Protestantismo no centro-oeste e as iniciativas de missão entre os Kaiowá (1910-1928). **Revista Intersaberes**, [S. l.], v. 19, p. e24tl4002, 2024. DOI: 10.22169/revint.v19.e24tl4002. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/articloe/view/2568>. Acesso em: 29 jan. 2025

PAULA, A. **Contra a “má imprensa” a “boa imprensa”:** periódicos a serviço da Igreja Católica. In: PEREIRA, Denise (org.). Teologia das religiões 2. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. p. 162-169. Disponível em <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/15186>. Acessado em: 08 de janeiro de 2025.

PEREIRA, A.S.; LEITE, V. N.; FLORÊNCIO, R.R. Ensaio sobre o cristianismo: uma revisão bibliográfica sobre os livros que diferenciam a Bíblia Católica da Bíblia Protestante. **Revista Ouricuri**, v. 10, n. 2, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/10797>. Acesso em: 21 maio 2025. DOI: 10.59360/ouricuri.vol10.i2.a10797.

PEREIRA, E. C. **O Problema Religioso da América Latina:** Estudo Dogmático Histórico. São Paulo: Empresa Editora Brasileira, 1949.

REEVES, M. **A chama inextinguível:** descobrindo o cerne da Reforma. Brasília: Editora Monergismo, 2016.

RIBEIRO, B. **Protestantismo e cultura brasileira.** São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RIBEIRO, M. **Os livros deuterocanônicos/apócrifos e a liderança feminina na Igreja. Mandrágora**, v. 30, n. 1, p. 185–214, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v30n1p185-214>.

ROBERTO, S. P. **Introdução ao estudo dos dogmas da Igreja Católica**. Juiz de Fora, MG: Martyria, 2015.

SALVADOR, J. G. **O Catolicismo Romano: Um simpósio Protestante**. São Paulo: ASTE, 1962.

SANTOS, S.D. **O Jornal Imprensa Evangélica e as Origens do Protestantismo Brasileiro no Século XIX**. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie – UMP, São Paulo, 2018.

SILVA, A. R. **ICEB: De simples semente a árvore frondosa e frutífera**. São José dos Campos (SP): Editora Cristã Evangélica, 2015.

SIMÕES, D. S. **O rebanho de Pedro e os filhos de Lutero: o Pe. Júlio Maria De Lombaerde e a polêmica antiprotestante no Brasil (1928-1944)**. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SIQUEIRA, K. M. F. Nos trilhos da estrada de ferro: reminiscências de motivações toponímicas / On the rails of the iron road: reminiscences of toponymy's motivations. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 32, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i32.618>. Disponível em: <https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/618>. Acesso em: 11 dez. 2024

SOUZA, E.S. **Cristãos em Confronto:** Brasil 1890-1960. Curitiba: Editora CRV, 2014.

TAKATSU, S. **O Catolicismo Romano:** Um simpósio Protestante. São Paulo: ASTE, 1962.

TILLICH, P. **História do Pensamento Cristão.** São Paulo: ASTE, 2015.

TILLICH, P. **Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX.** São Paulo: ASTE, 2010.

TIPPLE, A. **Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central.** Goiânia: Editora e Livraria APAB, 2019.

VIEIRA, D. G. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

Tópico 4 do capítulo 2 da Dissertação de mestrado – Os Fundamentos Teológicos do Protestantismo em Morrinhos - GO: uma análise a partir da obra de Archibald Tipple nas primeiras décadas do século XX, 2025.

¹ Pesquisador do protestantismo regional brasileiro, desenvolvendo estudos na área de história das ideias religiosas. É graduado e mestre em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Sul – Morrinhos (GO).

² Orientadora. Pesquisadora da história dos protestantismos no Estado de Goiás a partir da interculturalidade. Participa do grupo de pesquisa do CNPq História indígena e História ambiental: interculturalidade crítica e decolonialidade (PPGH/UFG) e do

Laboratório de Pesquisa em Religiões e Modernidades (LAPREM - PPGHIS/UEG). Integra os GTs Ensino de História e Educação e História e Cultura Indígenas da ANPUH-GO. Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Goiás, com atividades na graduação e pós-graduação em História. É orientadora do Programa de Residência Pedagógica (Edital Capes 2022). Possui graduação (1999), mestrado (2004) e doutorado em História (2019) pela Universidade Federal de Goiás.

³ Esse termo aparece no jornal como referência a Igreja Católica.

⁴ Santuário da Trindade, 1923, Edição 31, p.1.

⁵ Santuário da Trindade, 1923, Edição 19, p.2.

⁶ Santuário da Trindade, 1923, Edição 38, p.1.

⁷ Santuário da Trindade, 1923, Edição 35, p.3

⁸ Santuário da Trindade, 1924, Edição 43, p.1.

⁹ Conferir os artigos 2113 e 2132 do Catecismo da Igreja Católica – embora esse catecismo não estivesse vigente no século XIX, as ideias sobre purgatório e culto aos santos não mudaram. Após obtivermos acesso ao Catecismo Romano, as informações são as mesmas.